

## **ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA DA FAACO – 24 E 27/04/2026**

Aos vinte e quatro dias e vinte sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às 15h00, pela plataforma Meet, foi realizada reunião de diretoria da FAACO com a participação do senhor José Aparecido de Souza – presidente, Paulo Arlindo Magalhaes – vice-presidente, Laerte Alves Setubal – diretor administrativo, Luiz Antônio Sanches – diretor financeiro, Ronaldo Cidade Matos – diretor jurídico, Pedro Alcantara Rodrigues – diretor de saúde, Oscar Nunes da Silva – diretor de previdência e a senhora Vera Regina Ferreira Dias – diretora social e comunicação. O Sr. José Aparecido Souza agradeceu a participação de todos e iniciou a reunião compartilhando a percepção da FAACO sobre assuntos tratados em Brasília com entidades de interesse dos aposentados e pensionistas, realizados na semana anterior. A Federação discutiu a rejeição da indicação da diretoria do Postalís e a aprovação de custeio deficitário do Plano PD via voto de qualidade, explorando também o novo Plano Família da Postal Saúde e o reajuste atrasado dos aposentados ex-1711. Informou sobre a oposição à Diretoria do Postalís, onde Entidade Representativas enviaram cartas ao Postalís e Previc para se opor à indicação de um diretor, mas a Previc não impediu a nomeação por considerar um ato de gestão. A Previc rejeitou a solicitação das entidades, alegando que faltava materialidade, ou seja, provas concretas de erro ou falha para que a solicitação fosse atendida. O presidente da Previc esclareceu que o processo de seleção não é um concurso público, e que o patrocinador (Correio) pode escolher os candidatos aprovados na lista, e não apenas o primeiro colocado. Foi informado, também, que as entidades elaboraram e enviaram a Carta 004 à Previc em 10 de março, propondo modificações no Estatuto do Postalís, com foco na paridade de gestão no plano de custeio do Postalís. As entidades propuseram mudanças estatutárias para paridade na gestão e revisão do voto de qualidade, que garantiu a aprovação do plano de custeio do Plano PD, que poderá gerar aumento de 0,41% ou 0,45%, na contribuição mensal e que poderá ser implementado em agosto ou setembro, com pagamentos retroativos. O presidente da Previc afirmou que alterar o estatuto para atender às demandas das entidades não estava ao seu alcance, todavia, concordou com a demanda de paridade, criticando a presença de pessoas de fora do quadro na gestão do Postalís, informou ainda, que a proposta de paridade não implica em aumentar o número de diretores, mas sim em garantir uma gestão paritária. A Carta 009 foi enviada, solicitando a reunião com o procurador da Previc, com cinco representantes nomeados, e o pedido foi mantido em trâmite administrativo. Outros documentos citados incluem o Anexo 8 sobre o plano de custeio e o TAC 2020, que serviu de base para as discussões. O TAC 2020 (Termo de Ajustamento de Conduta) previa o estudo do plano BD e a criação do CD. Inicialmente, o objetivo do Postalís era criar o CD para encerrar o plano BD, mas as entidades conseguiram inverter a pauta para focar na recuperação do BD. A intervenção anterior do Postalís tinha como missão encerrar o plano BD, mas o interventor foi sensibilizado pelo apelo das entidades para não o fazer, evitando prejuízos para milhares de

participantes assistidos. A permanência do plano BD custou a perda do pecúlio, corte de 50% para pensionistas e 75% no 13º salário. O estudo para o novo CD foi postergado, levando a um Termo Aditivo que estendeu o prazo de implantação em dois anos, de forma não contínua, pausando a contagem do prazo enquanto o processo está com o Correio ou a Sest. A previsão técnica, segundo os conselheiros, é que o CD seja implementado entre o final de junho e agosto. O Sr. Jose Aparecido Souza expressou a dificuldade em entender completamente os termos técnicos e jurídicos dos documentos. Ele citou que o Postalís criou uma caravana para promover plano CD nas regionais, mas os participantes assistidos estão descrentes devido as promessas passadas não cumpridas e por isso a caravana vai ter muitas dificuldades no trabalho de convencimento. O Sr. Jose Aparecido de Souza informou que a FAACO não pode dizer aos associados se devem ou não migrar, mas deve apresentar o contexto e o cenário, incentivando-os a usar o simulador e buscar auxílio, expressou, também, uma tese pessoal: a migração para o CD pode parecer vantajosa inicialmente (fim da contribuição extraordinária), mas se o Postalís enfrentar problemas financeiros futuros, eles podem reduzir a taxa de pagamento do CD, impactando a aposentadoria, o que não pode acontecer no plano BD. O Sr. Ronaldo Cidade Matos defendeu que a Federação deveria tomar uma posição, indicando que o CD é prejudicial, mas o Sr. Jose Aparecido Souza discordou veementemente, enfatizando que a decisão é pessoal e a associação deve apenas fornecer a base de informação para a decisão de migrar ou não. A decisão deve ser fundamentada, e a associação não deve cair na armadilha de decidir pela vida do associado. Foi reconhecido que ninguém pode garantir que o BD continuará saudável, o que complica a decisão de migração, mas o risco é que o BD se torne impraticável. O Sr. Jose Aparecido Souza corrigiu que o CD não é igual ao Postal Previsão, embora ambos ofereçam liberdade de escolha. A preocupação do Sr. Jose Aparecido Souza é o aporte financeiro para as saídas, pois a empresa pode não ter condições de cobrir a demanda de resgates antecipados. O Sr. Jose Aparecido Souza e o Sr. Ronaldo Cidade Matos discutiram que a responsabilidade pela decisão de migração é exclusiva do participante. Foi enfatizada a necessidade de ler o regulamento do CD (Contribuição Definida) e BD (Benefício Definido), e o Sr. Jose Aparecido Souza sugeriu criar um resumo para esclarecer as diferenças entre os estatutos. A questão da migração para o CD foi levantada, com a preocupação de que um desequilíbrio entre os planos poderia fazer com que muitos participantes do BD migrassem para o CD. O Sr. Jose Aparecido Souza pediu aos diretores para acalmarem os seus associados, pois o plano ainda não foi formalmente aprovado. Mesmo após a aprovação, haverá um período de dois meses para tomar a decisão de migrar ou não, e o resultado final pode diferir do que foi proposto se a PREVIC propor adequações. Eles acreditam que a aprovação ocorrerá em grande parte, mas se algo não for aprovado, o processo de modificação envolverá o Postalís, a Empresa e a Sest. O segundo tema da reunião foi sobre os Correios. O Sr. Jose Aparecido Souza mencionou que enviaram uma carta ao presidente dos Correios em 30

de março (Carta 009) solicitando uma audiência, para solucionar pendências, principalmente sobre o reajuste para aposentados e pensionistas amparados pela Lei 8529. O Sr. Jose Aparecido de Souza, informou que o presidente dos Correios comunicou a impossibilidade de recebimento devido à agenda. Em relação ao reajuste, houve problemas na folha de pagamento, necessitando da manutenção do programa POPULIS por uma empresa terceirizada, e o arquivo para pagamento dos aposentados enviado à DataPrev foi rejeitado por conter erros. A FAACO se disponibilizou auxiliar na busca de soluções. Após dificuldades e falta de \*feedback\* da DataPrev, mas o pagamento dos reajustes dos aposentados foi creditado no dia 9 de abril. Houve confusão com a antecipação do 13º salário, mas, após confirmação de aposentados de confiança, o presidente da FAACO pôde divulgar o pagamento dos atrasados referentes a nove meses (reajuste de 5,10%) no dia 10 de abril para aposentados e pensionistas. O problema nos Correios não se resume ao reajuste, mas também à falta de interação para tratar de pensões, com casos de pensionistas sem receber desde 2021 e 2022. O presidente da FAACO solicitou que todos os problemas relacionados a aposentados e pensionistas sejam encaminhados a ele, sendo o Sr. Sinésio da AAC/DF o apoio indispensável em Brasília, informou ainda, que estão aguardando a criação de uma caixa postal ou um canal de comunicação via SEI (Sistema Eletrônico de Informações) para as associações encaminharem a documentação de óbito e pensão. Foi observado que os funcionários dos Correios, não estão familiarizados com os processos da Lei 8529/92, e o presidente da FAACO e o diretor administrativo o Sr. Laerte Alves Setubal tentaram orientar os responsáveis pelo cadastro e pagamento. O Sr. Ronaldo Cidade Matos confirmou a ausência de um canal de comunicação efetivo, citando a falta de resposta de funcionários anteriores. O Sr. Jose Aparecido Souza informou que participaram da reunião a Tháís (chefe da central), Marcelo (Pagamentos), e o responsável pelo cadastramento. Não há norma ou histórico de procedimentos, e há falta de informações sobre a DataPrev, que só interage virtualmente. O Sr. Ronaldo Cidade Matos sugeriu que, se a comunicação for difícil, pode ser necessário ajuizar ações. O Sr. Jose Aparecido Souza, no entanto, acredita que tentar abrir o canal de comunicação é o melhor caminho antes de uma notificação extrajudicial e planeja dar um prazo de 15 dias para a criação da caixa postal e começar a cobrar. Ele também mencionou problemas com a emissão do crachá de aposentado, demanda que o Sr. Laerte Alves Setubal está gerenciando, devido à falta de verba e aos entraves contratuais. Informou que a situação financeira dos Correios que é de conhecimento geral é crítica. O Sr. Ronaldo Cidade Matos levantou a questão de que o acesso ao SEI é restrito a quem está ativo. O Sr. Jose Aparecido Souza respondeu que solicitará a verificação da possibilidade de abrir o SEI ou criar a caixa postal para a federação e as associações. O tema Postal Saúde foi iniciado, e o Sr. Jose Aparecido Souza perguntou se os participantes tinham conhecimento de que o Plano Família já estava disponível no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O Sr. Ronaldo Cidade Matos informou que havia conversado com a Postal Saúde local, que mencionou

Balneário Camboriú e Joinville, mas não estavam ativos. O Sr. Jose Aparecido Souza informou que o plano está em vigor desde 31 de março, e a adesão sem carência se encerra em 30 de abril. A falta de informação e divulgação da Postal Saúde foi criticada pelos senhores Ronaldo Cidade Matos e Pedro Alcântara Rodrigues. O Sr. Jose Aparecido Souza teve de ligar para o gerente de relacionamento da Postal Saúde para obter as informações, pois não havia material de divulgação disponível. O Plano Família é regionalizado, e a rede credenciada de uma região pode não atender em outra, como, por exemplo, Florianópolis (Região Sul) não atender em Joinville ou Blumenau. O Sr. Jose Aparecido Souza enviou aos participantes os anexos contendo a relação de entidades cadastradas, hospitais, clínicas e a tabela de preços do plano Master para a Região Sul. O Sr. Pedro Alcântara Rodrigues confirmou ter recebido o valor (cerca de R\$ 900,00 para maiores de 59 anos), mas faltavam detalhes da rede. O plano aceita a inclusão de diversos dependentes (cônjuge, filhos, tios, pais). Os diretores discutiram a dificuldade de divulgar o plano sem informações claras e o fato de a Postal Saúde local não estar ciente dos detalhes. O presidente da FAACO pediu aos diretores que entrem em contato com a Postal Saúde local, confirmem se as informações sobre a rede e se o prazo de adesão estão corretos, e reportem a ele qualquer conflito de informações, para que ele possa cobrar a gerência de relacionamento. Os senhores Ronaldo Cidade Matos e o Laerte Alves Setubal esclareceram que o Plano Família não tem vínculo com os Correios; é de responsabilidade exclusiva dos beneficiários e da Postal Saúde e questionaram a falta de transparência sobre como a Postal Saúde terá caixa para iniciar os atendimentos. Ele questionou a transparência de como a contabilidade do Plano Família será separada para evitar que seu dinheiro pague dívidas de outros planos, visto que o Plano Família é de responsabilidade mútua dos participantes. Foi acordado que o tema Postal Saúde é longo e será retomado na segunda-feira seguinte às 15h. O Sr. Jose Aparecido de Souza solicitou que verifiquem e informem sobre a regionalização do atendimento e a aceitação das adesões, nas regionais e encaminhar as dúvidas sobre o Plano Família para ele por escrito. O Sr. Pedro Alcântara Rodrigues levantou a questão de como será a identificação e diferenciação do Plano Família no atendimento, para evitar que problemas de pagamento dos outros planos afetem os novos beneficiários. O Sr. Jose aparecido de Souza agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião. Continuando a reunião no dia 27/04, o Sr. Jose Aparecido Souza, agradeceu a participação de todos e iniciou a reunião sugerindo a discussão dos documentos do Postalis sobre os planos BD e CD antes de passar para assuntos da Postal Saúde, visto que o estudo sobre o Postalis duraria cerca de 40 minutos. O Sr. Pedro Alcântara Rodrigues concordou com a priorização da Postalis se houvessem novidades, e o Sr. Jose Aparecido Souza confirmou que apresentaria seu posicionamento baseado em documentos e auxílio de IA permitindo aos participantes decidirem sobre o assunto. O Sr. Jose Aparecido Souza e a Sra. Vera Regina Ferreira Dias relataram que a Postal Saúde não forneceu respostas às demandas apresentadas. A Sra. Vera Regina Ferreira Dias

confirmou que as informações sobre o "plano família" a partir de 1º de junho são sucintas e não há aprovação na ANS, conforme os senhores Nilson e Laerte Alves Setubal também informaram em outras localidades. O Sr. Jose Aparecido Souza e o senhor Laerte Alves Setubal se comprometeram a redigir uma carta à Postal Saúde e enviar uma cópia aos demais. O Sr. Jose Aparecido Souza mencionou que tratou do distrato da cessão da sala da Janot para a FAACO, que foi feita para permitir o registro do estatuto da FAACO em Brasília. Outro assunto com a Janot foi o acompanhamento de uma ação judicial com 105 associados referente ao imposto de renda sobre contribuições extraordinárias do Postalís, com informações sobre valores já repassadas ao Sr. Luís Sanches para distribuição. O Sr. Ronaldo Cidade Matos expressou a necessidade de estabelecer um prazo limite para que os interessados na ação coletiva da FAACO sobre a contribuição extraordinária de 12% do imposto de renda possam enviar os documentos e efetuar pagamentos. O Sr. Jose Aparecido Souza se comprometeu a contatar o escritório Janot para estipular e encerrar o prazo para o envio de documentos, garantindo que a FAACO, como autora da ação coletiva, possa ajuizá-la, visto que os associados começariam a cobrar sobre o andamento do processo. O Sr. Jose Aparecido Souza solicitou o início da apresentação sobre os planos do Postalís e mostrou que o PBD possuía 35.946 participantes ativos e 39.000 assistidos em janeiro. A criação do plano CD e as alterações no PBD foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo e pela SEST, mas ainda aguardam a aprovação final da Previc. A Previc aprovando, o Postalís fará a implantação imediata, sendo necessário que ativos, assistidos e pensionistas leiam os documentos disponibilizados para avaliar a decisão futura de migrar ou permanecer no PBD. O Sr. Jose Aparecido Souza explicou que o plano CD transfere todo o risco ao participante, onde o benefício depende do saldo e da rentabilidade. Para migrar, o participante assume 100% dos riscos e o Postalís desconta antecipadamente contribuições extraordinárias futuras, 75% do 13º salário e débitos/empréstimos em atraso, o que significa pagar à vista débitos futuros. É obrigatório renunciar às ações judiciais contra o PBD para migrar. Quem permanecer no plano BD continuará pagando as contribuições extraordinárias (com previsão de aumento) e mais 75% do 13º salário. As regras para pensionistas diferem dependendo da data de falecimento do titular (pré ou pós 21/11/2023), com pensão por morte reduzida para 50% para os pós-2023, impactando a porcentagem de contribuição. Quem cancelou o PBD permanece com reserva retida e não pode migrar para o CD. Aposentados no CD devem ter idade mínima de 50 anos e serem desligados dos Correios, e o benefício no CD termina quando o saldo acaba. O Sr. Pedro Alcântara Rodrigues questionou se a migração pode ser feita após o prazo inicial, e o Sr. Jose Aparecido Souza confirmou que o documento prevê 60 dias para a decisão. O Sr. Jose Aparecido Souza apresentou sua análise de que o PBD oferece segurança alta e risco compartilhado (50%), com benefício vitalício e previsibilidade alta, enquanto o CD tem segurança baixa e risco 100% do participante, com a possibilidade de o benefício acabar se o saldo zerar. Sua conclusão é que o PBD representa "proteção"

e o CD, uma "aposta". A decisão de migrar é individual, mas a recomendação mais prudente é não migrar ainda, devido à falta da simulação oficial e da RMI real, os descontos pesados na entrada, e porque o BD ainda oferece proteção estrutural. Para tomar uma decisão embasada, são necessários conhecer o valor da RMI líquida, a projeção de benefício no CD e a comparação com o benefício atual no BD. Os senhores Pedro Alcântara Rodrigues e Ronaldo Cidade Matos concordaram com a clareza da apresentação, que servirá de "norte" para os associados. O Sr. Jose Aparecido Souza confirmou que o simulador mostrará o valor líquido da RMI, após impostos e deduções. O Sr. Jose Aparecido Souza disponibilizará a apresentação em PowerPoint e PDF para a diretoria, solicitando que não a divulguem em redes sociais, mas a usem como ferramenta de gestão em suas associações. O Sr. Jose Aparecido Souza atualizou a situação do Plano CD, explicando que um termo aditivo prorrogou o prazo para dois anos para a análise interna do processo. O processo envolve longos períodos no Postalis, nos Correios e na Previc, mas a previsão, segundo conselheiros deliberativos, é que o plano volte ao Postalis entre junho e julho, apesar do possível impacto político. Após a aprovação pela Previc, haverá dois meses para o processo de migração, e as associações deverão dar um apoio significativo aos seus associados. O papel da associação é divulgar os prós e contras para que cada associado tome sua decisão, o que será um trabalho complicado, especialmente na simulação de benefícios. O Sr. Jose Aparecido Souza expressou preocupação com a forma como o Plano CD está sendo vendido como uma "maravilha" e planeja fazer uma carta ao Postalis sobre a falta de comunicação com as associações sobre as caravanas de divulgação. A Sra. Vera Regina Ferreira Dias reforçou que as associações não são comunicadas e precisam buscar informações ativamente. O Sr. Laerte Alves Setubal relatou as dificuldades encontradas na Postal Saúde, onde um gerente se mostrou incapaz de resolver demandas imediatas, afirmando que precisava "internalizar os assuntos". A preocupação da Postal Saúde era com os aposentados que teriam que se manifestar em até 30 dias para não perderem a portabilidade, embora o novo plano ainda não estivesse registrado na ANS, detalhou, também, o trabalho em Brasília para o PL 1712, que buscou apoio para a derrubada do veto ou a proposição de um novo Projeto de Lei (PL), focando em uma redação que restringe o benefício aos admitidos até 31 de dezembro de 1976. O objetivo é que o deputado que abraçou a causa vá a Florianópolis para uma reunião convocada pela Associação de Aposentados de Santa Catarina, mas ainda aguardam a confirmação da agenda. O tema iniciou com a Postal Saúde e a discussão sobre o pré-cadastro disponível na página da Postal Saúde. Foi notado que a simulação de custos no pré-cadastro mostrou um valor de R\$ 1.122,00 diferente daquele da planilha anterior, que era R\$ 964,00 o que indica uma mudança nos valores. O Sr. Jose Aparecido Souza expressou a necessidade de redigir uma carta a Postal Saúde para levantar questões, como a dificuldade de alguns em emitir boletos e os problemas com clínicas sendo fechadas. Eles observaram que a intenção original de uma visita a Brasília não era tratar desses planos, mas sim das demandas já existentes

na Postal Saúde, e a gestão da entidade foi considerada carente em termos de transparência e atendimento. Havia incerteza sobre se os novos planos de saúde estavam aprovados pela ANS e se exigiam caução. O Sr. Jose Aparecido Souza notou que os planos estavam sendo implementados pela HapVida em 20 estados, o que implica uma negociação centralizada, mas as perguntas sobre contabilidade e transparência não foram respondidas. Eles discutiram que a Postal Saúde pode não ter interesse em divulgar amplamente os novos planos aos atuais participantes, pois isso diminuiria a arrecadação da entidade, citando o exemplo de um colega que paga R\$ 3.700 por mês no plano atual e poderia migrar para um mais barato. Em resposta à falta de informação e transparência, O Sr. Jose Aparecido Souza sugeriu ao Sr. Laerte Alves Setubal que redigissem uma carta para o Postal Saúde, pontuando as questões levantadas. O Sr. Ronaldo Cidade Matos concordou que não se pode divulgar nada antes de haver uma situação totalmente definida, refletindo a falta de confiança nas informações fornecidas pela própria entidade. Eles informaram que estão combinando o distrato de um contrato e montando uma sala da FAACO em Brasília, seguindo a exigência estatutária de ter uma sede lá. O Sr. Oscar Nunes da Silva levantou o tema do Veto dos 1712 e informou que é improvável que o Congresso aprecie vetos antigos neste semestre, devido ao início da campanha eleitoral no segundo semestre. A decisão de um novo PL é vista como o caminho a seguir, visto que é difícil recuperar um veto de 2002. Informou que uma correspondência foi enviada ao líder do Partido dos Trabalhadores (PT), o deputado Pedro Uczai, em Santa Catarina, buscando a alteração da redação do artigo 4º da Lei 8.529, que está causando conflitos. A negociação em curso visa a aprovação de um PL, mas sem o recebimento de retroativos, com a esperança de sair do "limbo". O Sr. Oscar Nunes da Silva compartilhou uma experiência de descumprimento de promessa de agendamento de audiência com Davi Alcolumbre, reforçando a falta de confiança em políticos. Eles confirmaram que a carta ao deputado foi entregue e aguardam seus próximos passos. O Sr. Paulo Arlindo informou que o trabalho no projeto 1712 continua, e o deputado Pedro Uczai está programando uma audiência em Brasília para tratar do projeto. Sem mais a relatar o presidente da FAACO agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a reunião, eu, Laerte Alves Setúbal, secretário da mesa, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo presidente.

Laerte Alves Setúbal  
Secretário

Jose Aparecido de Souza  
Presidente da FAACO